

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 31 de junho de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reestruturação Societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia transferiu, através de contrato de compra e venda de ações para a Éolos Energias Renováveis S.A. (“Éolos”), companhia do mesmo grupo financeiro e econômico da Caldeirão Grande, ativos não operacionais do Complexo Eólico Caldeirão Grande II, juntamente com os respectivos passivos, no montante líquido de R\$1.063.764 mil. A venda foi contabilizada pela Companhia, e representou valores significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme divulgado na nota explicativa 25.

A reestruturação societária da Companhia, incluindo a venda dos ativos não operacionais, foi considerada significativa para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos, e por se tratar de uma operação entre partes relacionadas.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a obtenção de documentação suporte da transação de venda dos ativos não operacionais e respectivos passivos, incluindo o exame do contrato de transferências das ações das respectivas controladas (Complexo Caldeirão II) para identificar movimentações que pudessem indicar inconsistências quanto à conformidade das baixas ocorridas ao longo do exercício, e a avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia dos saldos de obrigações de investimentos mantidos para distribuição aos sócios. Adicionalmente, verificamos a contabilização da transação por parte da Companhia como transação entre sócios, e a evidenciação na demonstração do resultado do exercício dos resultados do Complexo Caldeirão Grande II como operação descontinuada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os procedimentos de reestruturação societária, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitável o tratamento contábil, adotado pela administração da Companhia para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto na nota explicativa 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Contas a receber partes Relacionadas (Mútuo não oneroso)

Conforme descrito nas notas explicativas 13 e 14, em novembro de 2020, a Companhia firmou um contrato de mútuo com suas controladas através da assunção da dívida que estas detinham junto ao apus – FIDC, no montante de R\$ 1.337.672. Desse montante, R\$ 937.672 mil foi assumido pela controladora Ibitu Energias Renováveis e posteriormente capitalizado, R\$ 379.000 mil foi pago com recursos oriundos de debentures de emissão da companhia, permanecendo em aberto o montante de R\$ 21.020 mil. Os mútuos serão pagos ao longo da operação das controladas até o fim de sua autorização, sem a incidência de juros ou quaisquer correções monetárias.

A assunção de passivos oneroso tendo como contrapartida ativos sem previsão de cobrança de juros e atualização monetária foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos, e por se tratar de uma operação entre partes relacionadas, que poderia afetar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros obtenção de documentação suporte da transação do reconhecimento do direito, incluindo o exame do instrumento de assunção de dívida firmado entre a companhia e suas controladas para identificar movimentações que pudessem indicar inconsistências quanto à conformidade do registro ao longo do exercício, e a avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia dos saldos de partes relacionadas. Adicionalmente, avaliamos a recuperabilidade desses saldos por parte da controladora, com base na capacidade de pagamento pelas controladas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os procedimentos de partes relacionadas (mútuo não oneroso), que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitável o tratamento contábil, adotado pela administração da Companhia para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas 13 e 14 às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.507	2	26.300	43.413						
Contas a receber de clientes	6	-	-	16.465	19.395						
Impostos a recuperar	7	-	-	169	8.679						
Outras contas a receber	8	402	-	1.562	7.464						
		<u>19.909</u>	<u>2</u>	<u>44.496</u>	<u>78.951</u>						
Não circulante											
Depósitos judiciais		-	-	-	1.379						
Cauções e depósitos vinculados	9	4.469	-	4.469	-						
Impostos a recuperar	7	-	-	2.491	13.620						
Partes relacionadas	14	1.367.563	100.180	2.906	190.379						
Imobilizado	10	-	-	838.886	1.114.759						
Intangível	11	-	-	377	3.140						
		<u>1.372.032</u>	<u>100.180</u>	<u>849.129</u>	<u>1.323.277</u>						
Total do ativo		<u>1.391.941</u>	<u>100.182</u>	<u>893.625</u>	<u>1.402.228</u>						
						Passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto em 2019)					
						Circulante					
						Fornecedores	12	1.320	8	29.097	122.155
						Empréstimos, Financiamentos e Debentures	13	10.539	-	10.539	2.405.063
						Partes relacionadas	14	21.050	-	22.822	37.339
						Impostos e contribuições a pagar	15	129	49	704	882
						Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	1.535	1.205
								<u>33.038</u>	<u>57</u>	<u>64.697</u>	<u>2.566.644</u>
						Não circulante					
						Empréstimos, Financiamentos e Debentures	13	389.907	-	389.907	-
						Partes relacionadas	14	-	2.349	-	10.929
						Impostos e contribuições a pagar	15	-	-	1.276	7.794
						Obrigações com investidas	16	552.545	1.302.375	-	-
						Provisão para contingências	17	-	-	-	166
						Provisões para desmantelamento	18	-	-	21.294	21.294
								<u>942.452</u>	<u>1.304.724</u>	<u>412.477</u>	<u>40.183</u>
						Patrimônio líquido (passivo a descoberto em 2019)	19				
						Capital social		1.169.458	231.786	1.169.458	231.786
						Reserva de Capital		1.063.764	-	1.063.764	-
						Prejuízos acumulados		(1.816.771)	(1.436.385)	(1.816.771)	(1.436.385)
								<u>416.451</u>	<u>(1.204.599)</u>	<u>416.451</u>	<u>(1.204.599)</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto em 2019)		<u>1.391.941</u>	<u>100.182</u>	<u>893.625</u>	<u>1.402.228</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto lucro por ações

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operações em continuidade				
20	-	-	197.758	193.400
Custos dos serviços				
21	-	-	(24.286)	(14.770)
	-	-	(37.691)	(38.557)
22	-	-	(65.916)	(58.162)
23	-	-	(8.685)	(8.250)
	-	-	61.180	73.661
Despesas operacionais				
	(166.258)	(187.464)	(13.145)	(13.352)
	(111)	(46)	(2.358)	(2.541)
	-	-	(6.334)	(5.500)
	(20)	-	(755)	(1.131)
	-	-	-	(17)
	-	-	(3.624)	(3.452)
	(1)	-	(60)	(32)
	(1)	(1)	(14)	(679)
	(166.125)	(187.417)	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional antes dos efeitos financeiros				
	(166.258)	(187.464)	48.035	60.309
24	(3.263)	(336)	(210.876)	(239.703)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social				
	(169.521)	(187.800)	(162.841)	(179.394)
Imposto de renda e contribuição social - correntes				
	-	-	(6.680)	(8.406)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos				
	-	-	-	-
(Prejuízo) do exercício antes das operações descontinuadas				
	(169.521)	(187.800)	(169.521)	(187.800)
(Prejuízo) do exercício de operações descontinuadas				
25	(210.865)	(230.336)	(210.865)	(230.336)
(Prejuízo) do exercício				
	(380.386)	(418.136)	(380.386)	(418.136)
(Prejuízo) do exercício por ação do capital social R\$				
	(0,33)	(1,80)		

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto lucro por ações

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício operações em continuidade	(169.521)	(187.800)	(169.521)	(187.800)
Prejuízo líquido do exercício operações descontinuidas	(210.865)	(230.336)	(210.865)	(230.336)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(380.386)</u>	<u>(418.136)</u>	<u>(380.386)</u>	<u>(418.136)</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto lucro por ações

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	<u>231.786</u>	<u>-</u>	<u>(1.018.556)</u>	<u>(786.770)</u>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	307	307
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(418.136)	(418.136)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>231.786</u>	<u>-</u>	<u>(1.436.385)</u>	<u>(1.204.599)</u>
Aumento de Capital	937.672	-	-	937.672
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(380.386)	(380.386)
Venda de participação societária entre empresas do Grupo	-	1.063.764	-	1.063.764
Em 31 de dezembro de 2020	<u>1.169.458</u>	<u>1.063.764</u>	<u>(1.816.771)</u>	<u>416.451</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto lucro por ações

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	(169.521)	(187.800)	(162.841)	(179.394)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas	(210.865)	(230.336)	(210.865)	(230.336)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social total	(380.386)	(418.136)	(373.706)	(409.730)
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortizações	-	-	42.147	42.712
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.964	-	412.522	458.734
Constituição de custo de captação	(2.536)	-	(2.536)	-
Apropriação (amortização) de custos sobre empréstimos	18	-	18	-
Provisão para contingências	-	-	(166)	-
Resultado de equivalência patrimonial - operações em continuidade	166.125	187.417	-	-
Resultado de equivalência patrimonial - operações descontinuadas	210.865	230.336	-	-
	(2.950)	(383)	78.279	91.716
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	2.930	1.598
Impostos a recuperar	-	-	19.639	2.269
Depósitos judiciais	-	-	1.379	-
Outras contas a receber	(402)	-	5.902	(3.218)
	(402)	-	29.850	649
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais				
Fornecedores	1.312	-	(93.058)	(35.526)
Impostos e contribuições sociais a pagar	80	7	(6.366)	(2.476)
Outras contas a pagar	-	-	-	(71)
	1.392	7	(99.424)	(38.073)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.960)	(376)	8.705	54.292
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(6.984)	(5.909)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.960)	(376)	1.721	48.383
Atividades de investimento				
Aplicações / Resgates de cauções e depósitos vinculados	(4.469)	-	(4.469)	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(7.351)	-
Aumento de capital em investidas	(63.056)	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível - operações descontinuadas	-	-	244.144	-
Venda de participação societária entre empresas do Grupo	-	-	1.063.764	-
Partes relacionadas	-	383	-	27.155
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(67.525)	383	1.296.087	27.155
Atividades de financiamentos				
Aumento/Integralização de capital	937.672	-	937.672	-
Transferência de dívidas com a venda de controladas para outra companhia do Grupo	-	-	(1.408.739)	-
Assunção de dívidas das controladas com o APUS FIDC pela Companhia (transferência dívida para mutuo partes relacionadas)	-	-	(1.337.673)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	400.000	-	400.000	-
Pagamento de partes relacionadas	-	-	(68.209)	-
Partes relacionadas	(1.248.682)	(5)	162.027	(34.692)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	88.990	(5)	(1.314.922)	(34.692)
Variação				
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	19.505	2	(17.113)	40.846
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	-	43.413	2.567
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.507	2	26.300	43.413

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações sobre a companhia

A Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. ("Caldeirão Grande" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 29 de novembro de 2010 e possui sede na Av. Dom Luiz, 807 – 5º andar – Bairro Meireles – Município de Fortaleza – Estado do Ceará – CEP.: 60.160-230. Nos termos de seu Estatuto Social, Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades que tenham por objeto a produção e a comercialização de energia elétrica proveniente de fontes eólicas, e a realização de atividades necessárias à implantação e operação de centrais geradoras eólicas. É controlada pela Ibitu Energias Renováveis S.A, que é uma subsidiária da controladora e *holding* Ibitu Energia S.A. ("Grupo Ibitu Energia"), sendo que a controladora final é o fundo de investimento Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA").

(a) Reestruturação societária

Em julho de 2020 o então controlador indireto da Companhia, a Queiroz Galvão Energia ("QGE"), repassou os seus ativos de geração e comercialização de energia, incluindo a controladora direta da Companhia, a Ibitu Energias Renováveis S.A. (antiga Queiroz Galvão Energias Renováveis) juntamente com todas as suas controladas, para o FIP ASTRA, através da liquidação de parte das dívidas da QGE que o Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA") incorporou junto ao Apus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados ("APUS FIDC"), fundo controlado pelo mesmo controlador do FIP ASTRA. Com esta aquisição e troca de controle, os ativos foram reestruturados e uma nova *holding* foi criada, a Ibitu Energia S.A., para consolidar a gestão patrimonial e de resultados dos ativos de energia.

Em novembro de 2020 o Grupo Ibitu Energia realizou junto com seus novos controladores um complemento de sua reestruturação societária e financeira, visando a organização dos ativos operacionais da Companhia e adequação de sua estrutura financeira, equalizando ativos e passivos, sendo capitalizada a dívida da Companhia e das controladas com controladores indiretos, a partir da assunção da totalidade de suas dívidas com controlador indireto APUS FIDC pela controladora direta Ibitu Energias Renováveis S.A., que por sua vez realizou a capitalização de tais créditos na Companhia, restando então para Companhia estes créditos a receber das suas controladas. Além da capitalização das suas dívidas, a Companhia transferiu para outra subsidiária do Grupo Ibitu Energia, a Eolos Energias Renováveis S.A. ("EOLOS"), os ativos não operacionais do Complexo Eólico Caldeirão Grande 2 (Central Geradora Eólica Cruzeiro S.A., Central Geradora Eólica Coqueiral S.A., Central Geradora Eólica Notus S.A., Central Geradora Eólica Danúbio S.A., Central Geradora Eólica Japura S.A., e Central Geradora Eólica Lira S.A.). Os efeitos dessa reestruturação sobre a Companhia estão demonstrados a seguir:

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações sobre a companhia -- Continuação

Principais movimentos da reestruturação societária na Companhia, ocorrida em novembro de 2020

Assunção de dívida das controladas com APUS FIDC pela Companhia, restando mútuo financeiro a receber da Companhia com suas controladas (nota 14)	1.337.673
Capitalização de parte da dívida da Companhia com controladora (nota 19)	937.672
Amortização da dívida pela Companhia com a controladora, com recursos oriundos das debentures (notas 13 e 14)	379.000
Capitalização de mútuo financeiro das controladas de operações descontinuadas pela Companhia (notas 14 e 16)	63.056
Venda de controladas de operações descontinuadas da Companhia para outra subsidiária do Grupo Ibitu Energia (notas 19 e 25)	1.063.764

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações sobre a companhia -- Continuação

(b) Participação societária

Até novembro de 2020, a Caldeirão Grande era a proprietária da totalidade das ações das sociedades abaixo identificadas ("SPEs"), todas de propósito específico e que atuam ou atuarão na implantação e operação de centrais eólicas, com participação de 100%:

<u>Empresa</u>	<u>Status</u>	<u>Localização do parque eólico</u>	<u>Complexo eólico</u>
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Brite S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Coqueiral S.A.	Descontinuada	Piauí	Caldeirão II
Central Geradora Eólica Cruzeiro S.A.	Descontinuada	Piauí	Caldeirão II
Central Geradora Eólica Danúbio S.A.	Descontinuada	Piauí	Caldeirão II
Central Geradora Eólica Japurá S.A.	Descontinuada	Piauí	Caldeirão II
Central Geradora Eólica Lira S.A.	Descontinuada	Piauí	Caldeirão II
Central Geradora Eólica Nótus S.A.	Descontinuada	Piauí	Caldeirão II

Após reorganização societária no Grupo Ibitu Energia, conforme citado no item a) acima, em que a Caldeirão Grande transferiu companhias não operacionais do complexo eólico Caldeirão Grande II para Éolos Energias Renováveis S.A. ("EOLOS"), a Companhia mantém-se como a proprietária apenas do complexo eólico Caldeirão Grande I, em operação:

<u>Empresa</u>	<u>Status</u>	<u>Localização do parque eólico</u>	<u>Complexo eólico</u>
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Brite S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	Em operação comercial	Piauí	Caldeirão I

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações sobre a companhia -- Continuação

(b) Participação societária -- Continuação

O início da operação comercial das SPEs que compõem o Complexo Eólico de Caldeirão I ocorreram conforme abaixo:

Empresa	Despacho ANEEL n.º	Data do Despacho	Data do início da operação comercial	Prazo de autorização	Data término da operação
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	1.764	04/07/2016	05/08/2016	30 anos	30/11/2043
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	1.44	25/05/2017	26/05/2017	30 anos	30/11/2043
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	2.263 / 2.446	27/07/2017 e 10/08/2017	28/07/2017 e 11/08/2017	30 anos	30/11/2043
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	2.151 / 2.530	18/07/2017 e 17/08/2017	19/07/2017 e 18/08/2017	30 anos	30/11/2043
Central Geradora Eólica Brite S.A.	1.18 / 2.858	23/06/2017 e 08/09/2017	24/06/2017 e 09/09/2017	30 anos	30/11/2043
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	2.152 / 2.738	18/07/2017 e 30/08/2017	19/07/2017 e 31/08/2017	30 anos	30/11/2043
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	2.531	17/08/2017	18/08/2017	30 anos	30/11/2043

(c) Autorização

Conforme demonstrado abaixo, estas controladas estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada realizado por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Empresa	Resolução autorizativa ANEEL	Data de início de suprimento do CER	Data de final de suprimento do CER	Capacidade de produção instalada - MW
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	4.398/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	4.397/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	4.396/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	4.399/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
Central Geradora Eólica Brite S.A.	4.390/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	4.395/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	4.394/2013	01/01/2016	31/12/2035	10,8

(d) Contrato de energia incentivada

As SPEs do Complexo de Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, de acordo com o contrato, essas Companhias estão obrigadas a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas através da Garantia Física e/ou, se necessário, através de contratos de compra que vier a ser celebrado com terceiros. Durante o ano 2019 e 2020, as SPEs do Complexo de Caldeirão I compraram energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu no mercado de curto prazo para suprir parte do contrato (Nota 22).

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações sobre a companhia -- Continuação

1.1 Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. A companhia encontra-se com sua situação patrimonial e financeira reequilibrada em 31 de dezembro de 2020 com a reestruturação societária e financeira efetuada em 30 de novembro de 2020, conforme apresentado nas notas: 1 a) Reestruturação societária, e 13. Empréstimos, financiamentos e debêntures, com a 1ª emissão de debentures, em 07 de dezembro de 2020, com captação de R\$ 400.000.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Operações descontinuadas

Em 2017, em função da situação financeira desfavorável e na dificuldade de obtenção de financiamentos de longo prazo para concluírem a implantação do Empreendimento de Caldeirão II (CGE Cruzeiro, CGE Danúbio, CGE Coqueiral, CGE Japurá, CGE Lira e CGE Nótus), a Administração da Companhia decidiu pela paralisação dos projetos. Em novembro de 2020, estes projetos foram transferidos para outra subsidiária do Grupo Ibitu Energia, a EOLOS, conforme citado na nota 1 a). Os resultados das operações descontinuadas até novembro de 2020 estão apresentados em nota explicativa nº 25.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em 31 de março de 2021.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -- Continuação

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Quando aplicável, e após reduzir a zero o saldo contábil da participação da Companhia em suas investidas, perdas adicionais são consideradas, e um passivo denominado "Obrigações com investidas" é reconhecido: (a) extensão em que a Companhia tem obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta das investidas e (b) a fim de produzir o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido para a Companhia que seriam obtidos a partir de demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Bases de Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Controladas

Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia (inclui controladora e suas controladas) tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Não há, nas atuais participações detidas, participações de não controladores (acionistas minoritários).

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como direito de exploração. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, à determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.2 Bases de Consolidação -- Continuação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre companhias da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

b) Consórcio Conexão

As controladas em conjunto com outros parques eólicos na mesma região dos seus empreendimentos compuseram e mantêm um consórcio, denominado Consorcio Conexão, para construção, manutenção e operação de Subestação Seccionadora/Elevadora de 230/500kV e de Linha de Transmissão de 500kV de uso comum e interesse restrito pelas consorciadas, sem personalidade jurídica nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76 e legislação correlata, localizado na Fazenda Serra do Inácio, sem número, zona rural, Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí. A subestação e linhas são utilizadas de forma compartilhada pelas consorciadas para conexão e transmissão da energia gerada.

O Consórcio é formado por participações proporcionais das consorciadas, com direitos e deveres limitados à sua participação, devendo ser aportado pelas consorciadas os recursos necessários para operacionalização do Consorcio em conta específica criada para controle dos aportes recebidos e pagamentos dos gastos do Consorcio. A administração do Consorcio é feita de forma compartilhada entre consorciadas, através de comitê de operacionalização formado por representantes das consorciadas, além de uma liderança rotativa de uma das consorciadas com deveres de gestão, representação, fiscalização e apresentação das contas do Consorcio, com mandato de dois anos. De acordo com CPC 19 Negócios em Conjunto, os ativos, passivos e resultados da operação do Consorcio são reconhecidos pela respectiva participação em cada uma das controladas consorciadas, e estão evidenciadas em cada conta do balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.2 Bases de Consolidação -- Continuação

b) Consórcio Conexão -- Continuação

A participação das controladas da Companhia no Consórcio Conexão é:

Controlada consorciada	% de Participação no Consórcio Conexão 2020
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Brite S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	2,475

Controlada consorciada	% de Participação no Consórcio Conexão 2019
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Brite S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Coqueiral S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Cruzeiro S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Danúbio S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Japurá S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Lira S.A.	2,475
Central Geradora Eólica Nótus S.A.	2,475

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.5 Instrumentos financeiros -- Continuação

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

c) Classificação e mensuração

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR"); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); (iii) mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.5 Instrumentos financeiros -- Continuação

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.5 Instrumentos financeiros -- Continuação

ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.5 Instrumentos financeiros -- Continuação

ii) Passivos financeiros -- Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos).

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Valor justo e perda por impairment

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.6 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

2.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

(a) Servidão de passagem

Faixas de servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação, que passa em propriedades particulares de áreas urbanas e rurais, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

(b) *Softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 01 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.9 *Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)*

Os ativos não circulantes são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *Impairment*.

2.10 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões tributárias e trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

As provisões para desmantelamento de ativos dos parques eólicos consideram que as controladas assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. As provisões foram inicialmente mensuradas ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.13 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente, exceto no caso das investidas SPEs no ano de 2020 e 2019, que optaram pela tributação através do lucro presumido.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a (R\$ 78.000 a partir de 2014) no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Para o exercício de 2020 optaram pelo regime tributário: Lucro presumido as controladas do Complexo Caldeirão I; Lucro real a Companhia e as controladas de Caldeirão II.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:

(i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.14 Arrendamentos

Para a construção e operação de seu parque eólico, as controladas da Companhia arrendaram terrenos junto a terceiros, partes independentes. Os contratos de arrendamento são em geral de 25 anos. Tendo em vista que, de acordo com o contrato, as controladas efetuarão pagamentos mensais variáveis correspondente entre 1% e 1,5% do valor do efetivo faturamento de energia produzida, cujos custos são reconhecidos na demonstração de resultados da apuração mensal, a administração entende que não é aplicável o tratamento de reconhecimento de ativo e passivos de arrendamentos conforme CPC 06 visto que o pagamento baseado nas variações de receitas de energia não permitem estimativas para aplicação.

Ao final do contrato, a Companhia tem o direito de preferência para aquisição dos imóveis, em iguais condições com terceiros.

2.15 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

2.17 Apuração do resultado

(a) Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo O IFRS 15 / CPC 47 um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

(b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente a compra de energia quando a geração não for suficiente para suprir o contrato de venda de energia, gastos com manutenção e operação dos equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e prestações de serviços na operação, arrendamentos de terrenos, depreciação de ativos, e encargos de transmissão.

2.18 Comentário sobre a pandemia de COVID 19

Em 11 de março de 2020 a OMS-Organização Mundial de Saúde emitiu declaração de pandemia do corona vírus, desencadeando, iniciativas de contenção da transmissão e medidas emergenciais de saúde pública bem como maior ação por parte dos governantes e da sociedade civil para combate à pandemia.

Foram então deflagradas, inclusive no Brasil, ações de controle de aglomerações, evitando-se atividades com participação de alto contingente de pessoas, bem como a restrição de circulação de indivíduos, mas até então sem a paralisação das atividades econômicas de produção de bens e consumo.

A Companhia, por sua vez, antecipando-se às ações de controle e contribuindo com a saúde de seus colaboradores e com a saúde pública, buscou a partir de 16 de março de 2020, reconduzir suas atividades com seu corpo funcional de colaboradores e terceirizados para uma atividade coordenada à distância – o chamado *Home Office*. Recorreu-se à tal modalidade para sua grande maioria de profissionais, e à escala de revezamento no âmbito das operações de maquinários e usinas, e assim vem sendo mantido sem com isso afetar sua operação normal de geração e comercialização de energia, garantindo suas entregas.

A administração da Companhia entende que o momento é muito delicado para todos, mas que eventuais impactos nas atividades econômicas, pela contenção das atividades dos indivíduos em sociedade, não afetaram em 2020 nem afetarão nos próximos meses e anos a continuidade das atividades de geração e comercialização de energia, tendo em vista que a energia elétrica é fundamental para o dia a dia das pessoas, empresas e órgãos governamentais, e continuará a ser demandada para a continuidade das ações de consumo, investimentos e produção de itens para toda a sociedade. A administração entende que seus contratos vigentes e de longo prazo de entrega de energia continuarão sendo mantidos, seus ativos de geração continuarão em atividade e com geração de riquezas e não são esperadas perdas em instrumentos financeiros.

Portanto, no que se referem às informações contábeis, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas informações contábeis em decorrência deste assunto.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.19 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2020 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas nas notas explicativas são:

- a) Vida útil dos bens do imobilizado (nota 10);
- b) Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 10).
- c) Provisões para Contingências (nota 17); e;
- d) Provisão para desmantelamento de ativos (nota 18).

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Riscos e *Compliance*.

(a) Fatores de risco financeiro

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela controladora, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas eólicas.

Para 31 de dezembro de 2020, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha - vide ítem (v) abaixo.

Quanto a suas investidas, os riscos decorrem de suas operações e estão descritos a seguir.

A geração das usinas das investidas será entregue a agente de comercialização através de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 4 Gestão de risco financeiro -- Continuação
- (a) Fatores de risco financeiro -- Continuação
- (ii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Os recursos financeiros das controladas foram obtidos através de captação de empréstimos bancários e parte dos recursos tiveram como objetivo o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados e o saldo restante teve o intuito de devolver parte de recursos capitalizados anteriormente pelo FIP ASTRA.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores divulgados na tabela abaixo são os fluxos de caixa contratados e não descontados.

				Consolidado
	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2020	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2021	Entre 1 a 5 anos - até 31 de dezembro de 2026	Acima de 5 anos
Moeda nacional				
Fornecedores e outras obrigações	29.097	29.097	-	-
Financiamentos e debentures	400.446	10.539	190.476	199.431
Total	429.543	39.636	190.476	199.431

- (iii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia e suas controladas, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados na Nota 13.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Gestão de risco financeiro -- Continuação

(a) Fatores de risco financeiro -- Continuação

(iv) Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Dessa forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

(v) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

		Controladora			
		2020		2019	
Classificação		Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
		Ativos financeiros, conforme o balanço			
Circulante					
Bancos - conta corrente	Custo amortizado	46	-	2	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	19.461	-	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	-	-
Não circulante					
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	Custo amortizado	4.469	-	-	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.367.563	-	100.180
Total ativos financeiros		23.976	1.367.563	2	100.180
Passivos financeiros, conforme o balanço					
Circulante					
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.320	-	-
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	10.539	-	-	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	21.050	-	-
Não circulante					
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	2.349
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	389.907	-	-	-
Total passivos financeiros		400.446	22.370	-	2.349

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro -- Continuação

(a) Fatores de risco financeiro -- Continuação

		Consolidado			
		2020		2019	
Classificação		Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
		Ativos financeiros, conforme o balanço			
Circulante					
Bancos - conta corrente	Custo amortizado	367	-	177	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	25.933	-	43.236	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	16.465	-	19.395
Não circulante					
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	-	-	1.379
Cauções e depósitos vinculados	Custo amortizado	4.469	-	-	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.906	-	190.379
Total ativos financeiros		30.769	19.371	43.413	211.153
Passivos financeiros, conforme o balanço					
Circulante					
Fornecedores	Custo amortizado	-	29.097	-	122.155
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	10.539	-	2.405.063	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	22.822	-	37.339
Não circulante					
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	10.929
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	389.907	-	-	-
Total passivos financeiros		400.446	51.919	2.405.063	170.423

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente nos níveis 2 e 3 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro -- Continuação

(a) Fatores de risco financeiro -- Continuação

(vi) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo brAAA/Estável/brA-1+ (*)	19.507	2	26.300	43.413
	<u>19.507</u>	<u>2</u>	<u>26.300</u>	<u>43.413</u>

(*) A classificação dos bancos foi obtida no site da Standard & Poor's.

(vii) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

(b) Riscos regulatórios

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa, contas-correntes em bancos	46	2	367	177
Aplicações financeiras - Consórcio Conexão	-	-	118	831
Aplicações financeiras (*)	19.461	-	25.815	42.405
	<u>19.507</u>	<u>2</u>	<u>26.300</u>	<u>43.413</u>

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 99% e 95% da variação do CDI, respectivamente nos anos 2020 e 2019.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, referem-se a valores a vencer decorrente da liquidação dos contratos de energia incentivada das controladas do Complexo de Caldeirão I.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia é de 20 dias. Não há montantes significativos vencidos.

Dentro dos saldos de Contas a receber de clientes existem valores de transações com partes relacionadas, com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda, relativo à venda de energia conforme a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
CGE Amontada	676	2.390
CGE Aristarco	645	-
CGE Brite	284	449
CGE Bartolomeu	1.150	141
CGE Boreas	905	3.627
CGE Colibri	196	246
CGE Caiçara	669	202
Total Contas a Receber parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	4.525	7.055
CEMIG	11.917	12.340
Outras contas a receber	23	-
Total Contas a Receber	16.465	19.395

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são compostos conforme a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	31	5.951
Imposto de renda sobre aplicações financeiras - Consorcio Conexão	138	236
Pis a recuperar	-	502
Cofins a recuperar	-	1.990
Total de Impostos a recuperar - ativo circulante	169	8.679
	2020	2019
Pis a recuperar	513	2.430
Cofins a recuperar	1.989	11.190
Total de Impostos a recuperar - ativo não circulante	2.502	13.620

Em novembro de 2020, com a reestruturação societária e transferência de companhias do Complexo Eólico Caldeirão Grande II destas companhias para a EOLOS, houve a baixa dos impostos a recuperar das respectivas controladas (vide nota 25).

8 Outras contas a receber

	Consolidado	
	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	446	4.673
Adiantamento a fornecedores - Consórcio Conexão	208	753
Despesas pagas antecipadamente	146	597
Despesas pagas antecipadamente - Consórcio Conexão	5	1
Estoque de peças de reposição	757	1.440
	1.561	7.464

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Cauções e depósitos vinculados

O saldo de R\$ 4.469, refere-se substancialmente a aplicações financeiras de renda fixa, vinculadas em garantia à emissão de debentures escrituradas pela Companhia em 15 de dezembro de 2020. A composição do saldo é feita através da Conta Pagamento do Serviço da Dívida que será utilizada para o pagamento do próximo serviço da dívida a vencer e Conta Reserva do Serviço da Dívida, utilizada em uma eventual necessidade de caixa para cobrir o próximo serviço da dívida. Estas aplicações somente poderão ser movimentadas de acordo com as regras previstas no instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, firmado entre a companhia e o agente fiduciário representando os debenturistas, em que o saldo mínimo deve ser mantido em reserva corresponde aos pagamentos do Serviço da Dívida dos próximos 7 meses.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	Consolidado						
	2020				2019		
	Taxa média de depreciação	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações	3,30 a.a.	149.935	(18.930)	131.005	149.935	(13.883)	136.052
Torre anemométrica	3,57 a.a.	-	-	-	760	(30)	730
Maquinas e equipamentos	3,33 a.a.	793.033	(124.296)	668.737	792.816	(89.868)	702.948
Equipamentos de informática		-	-	-	4	-	4
Linha de transmissão		-	-	-	7	-	7
Móveis e utensílios		-	-	-	1	-	1
Maquinas e Equipamentos - Consórcio Conexão	3,33 a.a.	19.281	(3.852)	15.429	35.791	(5.350)	30.441
Provisão de Desmantelamento	3,77 a.a.	21.294	(803)	20.491	21.294	-	21.294
		<u>983.543</u>	<u>(147.881)</u>	<u>835.662</u>	<u>1.000.608</u>	<u>(109.131)</u>	<u>891.477</u>
Em curso							
Estudos e projetos		-	-	-	6.057	-	6.057
Obras em andamento		3.224	-	3.224	221.419	-	221.419
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	15	-	15
Custos capitalizáveis		-	-	-	74.912	-	74.912
Outros		-	-	-	28.716	-	28.716
Perda pela redução ao Valor recuperável		(107.837)	-	-	(107.837)	-	(107.837)
		<u>(104.613)</u>	<u>-</u>	<u>3.224</u>	<u>223.282</u>	<u>-</u>	<u>223.282</u>
Total		<u>878.930</u>	<u>(147.881)</u>	<u>838.886</u>	<u>1.223.890</u>	<u>(109.131)</u>	<u>1.114.759</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado -- Continuação

(a) A movimentação do imobilizado aconteceu da seguinte forma:

	Custo				Depreciação				Valor contábil		
	Ativos				Ativos						
	Em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	transferidos para empresas do Grupo	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Depreciação	transferidos para empresas do Grupo	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020
Edificações	149.935	-	-	-	149.935	(13.883)	(5.047)	-	(18.930)	136.052	131.005
Torre anemométrica	760	-	-	(760)	(0)	(30)	-	30	-	730	-
Maquinas e equipamentos	792.816	4.114	-	(3.896)	793.034	(89.868)	(34.428)	-	(124.296)	702.948	668.738
Equipamentos de informática	4	-	-	(4)	(0)	-	-	-	-	4	-
Móveis e utensílios	1	-	-	(1)	0	-	-	-	-	1	-
Estudos e projetos	6.057	-	-	(6.057)	-	-	-	-	-	6.057	-
Obras em andamento	221.419	91	-	(221.419)	91	-	-	-	-	221.419	91
Adiantamento a fornecedores	15	6.349	(3.216)	(15)	3.133	-	-	-	-	15	-
Linha de transmissão	7	-	-	(7)	(0)	-	-	-	-	7	-
Custos capitalizáveis	74.912	-	-	(74.912)	0	-	-	-	-	74.912	-
Outros	28.716	-	-	(28.716)	-	-	-	-	-	28.716	-
Maquinas e Equipamentos - Consórcio Conexão	35.791	13	-	(16.524)	19.280	(5.350)	(1.804)	3.302	(3.852)	30.441	15.429
Perda pela redução ao Valor recuperável	(107.837)	-	-	107.837	(0)	-	-	-	-	(107.837)	-
Provisão de Desmantelamento	21.294	-	-	-	21.294	-	(803)	-	(803)	21.294	20.491
	1.223.890	10.567	(3.216)	(244.474)	986.767	(109.131)	(42.082)	3.332	(147.881)	1.114.759	835.753

	Custo				Depreciação			Valor contábil		
	Ativos				Ativos					
	Em 31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Transfe-rências	Em 31 de dezembro de 2018	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2018	Em 31 de dezembro de 2019		
Edificações	149.935	-	-	-	149.935	(8.849)	(5.034)	(13.883)	141.087	136.052
Torre anemométrica	760	-	-	-	760	(30)	(30)	(30)	730	730
Maquinas e equipamentos	770.965	-	(12)	21.863	792.816	(53.717)	(36.151)	(89.868)	717.248	702.948
Equipamentos de informática	4	-	-	-	4	-	-	-	4	4
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1	-	-	-	1	1
Estudos e projetos	6.057	-	-	-	6.057	-	-	-	6.057	6.057
Obras em andamento	221.419	-	-	-	221.419	-	-	-	221.419	221.419
Adiantamento a fornecedores	21.878	-	-	(21.863)	15	-	-	-	21.878	15
Linha de transmissão	7	-	-	-	7	-	-	-	7	7
Custos capitalizáveis	74.912	-	-	-	74.912	-	-	-	74.912	74.912
Outros	28.716	-	-	-	28.716	-	-	-	28.716	28.716
Maquinas e Equipamentos - Consórcio Conexão	35.790	-	-	-	35.790	(3.866)	(1.484)	(5.350)	31.924	30.440
Perda pela redução ao Valor recuperável	(107.837)	-	-	-	(107.837)	-	-	-	(107.837)	(107.837)
Provisão de Desmantelamento	-	21.294	-	-	21.294	-	-	-	-	21.294
	1.202.608	21.294	(12)	-	1.223.890	(66.462)	(42.669)	(109.131)	1.136.146	1.114.759

Os bens e as instalações utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser transferidos a terceiros sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Em novembro de 2020, com a reestruturação societária e venda das companhias do Complexo Eólico Caldeirão Grande II houve a venda dos ativos destas companhias para a EOLOS (vide nota 25).

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Intangível

	Consolidado	
	2020	2019
Servidão de passagem	224	2.440
Software	153	700
	<u>377</u>	<u>3.140</u>

O saldo no consolidado de R\$ 224 em 2020 (R\$ 2.440 em 2019) registrado como servidão de passagem, refere-se à indenização paga aos proprietários de faixas de servidão de passagem para construção das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação.

A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

(a) A movimentação do intangível aconteceu da seguinte forma:

	Consolidado		
	Servidão de Passagem	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.440	700	3.140
Adições	-	304	304
Ativos transferidos para empresas do Grupo	(2.202)	(800)	(3.002)
Amortizações	(14)	(51)	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>224</u>	<u>153</u>	<u>377</u>

Em novembro de 2020, com a reestruturação societária e a venda das companhias do Complexo Eólico Caldeirão Grande II houve a baixa dos ativos destas companhias.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores no consolidado representa substancialmente a valores a pagar por compras de energia, materiais e serviços dos parques eólicos.

Dentro dos saldos de Contas a Pagar de Fornecedores existem valores de transações com partes relacionadas com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda, relativo à compra de energia e outros reembolsos de despesas da Companhia com partes relacionadas, conforme a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
CGE Amontada	4.381	-
CGE Aristarco	4.547	9.704
CGE Brite	3.679	10.646
CGE Bartolomeu	3.064	11.607
CGE Boreas	3.440	251
CGE Colibri	1.658	16.589
CGE Caiçara	3.460	5.524
CGE Lira	-	5.703
CGE Danubio	-	30.678
CGE Japurá	-	5.591
Total Contas a Pagar Compra de Energia com parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	24.229	96.293
Central Geradora Eolica Taíba Águia S.A	23	-
Central Geradora Eolica Icarai I S.A	23	-
Central Geradora Eolica Ilha Grande S.A	23	-
Central Geradora Eolica Albuquerque S.A	23	-
Central Eólica Aristarco Ltda.	23	-
Ibitu Energia S.A.	245	-
Total Contas a Pagar Reembolso despesa às partes relacionadas devido pela Caldeirão Grande Energias Renováveis	360	-
Fornecedores do Consórcio Conexão	1.814	1.281
Fornecedores diversos	2.694	24.581
Total Fornecedores	29.097	122.155

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora					
	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
1ª Emissão de Debentures - Dez/2020 (e)	10.766	392.216	402.982	-	-	-
(-) Custos de Captação	(227)	(2.309)	(2.536)	-	-	-
	<u>10.539</u>	<u>389.907</u>	<u>400.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Consolidado					
	2020			2019		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Apus Fidc (a - d)	-	-	-	2.405.063	-	2.405.063
1ª Emissão de Debentures - Dez/2020 (e)	10.766	392.216	402.982	-	-	-
(-) Custo de captação	(227)	(2.309)	(2.536)	-	-	-
	<u>10.539</u>	<u>389.907</u>	<u>400.446</u>	<u>2.405.063</u>	<u>-</u>	<u>2.405.063</u>

(a) Créditos originários captados junto ao Banco Itaú BBA e posteriormente cedidos ao Apus Fidc

Controladas

As controladas da Caldeirão Grande a CGE Coqueiral, CGE Danubio, CGE Lira, CGE Cruzeiro, CGE Japurá, CGE Notus captaram recursos junto ao Banco Itaú BBA S.A. em 21 de novembro de 2014 o montante total de R\$ 191.574, com vencimento em 28 de novembro de 2017. A remuneração corresponde a variação do CDI adicionada a uma taxa prefixada de 3,30% a.a.

As controladas da Caldeirão Grande a CGE Bartolomeu, CGE Amontada, CGE Aristarco, CGE Brite, CGE Boreas, CGE Colibri, CGE Caiçara captaram recursos junto ao Banco Itaú BBA S.A. em 20 de maio de 2015 o montante total de R\$ 280.450 com vencimento em 28 de novembro de 2017, A remuneração corresponde a variação do CDI adicionada a uma taxa prefixada de 3,30% a.a.

Em junho de 2018, houve a cessão dos créditos do Banco Itaú BBA S.A. para fundo APUS Fidc, que se tornou credor da Companhia.

Em Novembro de 2020, a controladora direta da Companhia, a Ibitu Energias Renováveis S.A. assumiu o contrato de dívida das controladas CGE Bartolomeu, CGE Amontada, CGE Aristarco, CGE Brite, CGE Boreas, CGE Colibri, CGE Caiçara com o controlador indireto do Grupo Ibitu Energia, o APUS FIDC, e integralizou no capital social da Companhia os valores correspondentes aos créditos, restando as dívidas das controladas como mutuo não oneroso de partes relacionadas a pagar para Companhia, conforme nota explicativa 14. Adicionalmente, com a transferência, através de contrato de compra e venda de ações, dos ativos não operacionais da Companhia (CGE Coqueiral, CGE Danubio, CGE Lira, CGE Cruzeiro, CGE Japurá, CGE Notus) para subsidiária Eolos do Grupo Ibitu Energia, houve a transferências das dívidas destas companhias.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

(b) Créditos originários captados junto ao Santander e posteriormente cedidos ao Apus Fidc

Recursos captados pelas controladas da Caldeirão Grande a CGE Coqueiral, CGE Danubio, CGE Lira, CGE Cruzeiro, CGE Japurá, CGE Notus junto ao Banco Santander S.A. em 21 de novembro de 2014 no montante total de R\$ 257.143, com vencimento em 20 de maio de 2016. A remuneração corresponde a variação do CDI adicionada a uma taxa prefixada de 1,90% a.a. Garantido por aval corporativo.

As controladas firmaram aditivos aos Termos de Solicitação de Desembolso em maio de 2016 no qual a data de vencimento foi prorrogada para 20 de junho de 2016. Adicionalmente, em 1 de setembro de 2017 mediante aditivos aos contratos, a data de vencimento foi prorrogada para 28 de novembro de 2017.

Em fevereiro de 2018, houve a cessão dos créditos do Santander para fundo APUS Fidc, que se tornou credor da Companhia.

Em novembro de 2020, com a transferência, através de contrato de compra e venda de ações dos ativos não operacionais da Companhia (CGE Coqueiral, CGE Danubio, CGE Lira, CGE Cruzeiro, CGE Japurá, CGE Notus) para subsidiária EOLOS do Grupo Ibitu Energia, houve a transferências das dívidas destas companhias.

(c) Créditos originários captados junto ao Banco ING e posteriormente cedidos ao Apus Fidc

Recursos captados pelas controladas da Caldeirão Grande a CGE Coqueiral, CGE Danubio, CGE Lira, CGE Cruzeiro, CGE Japura, CGE Notus junto ao Banco ING em 21 de novembro de 2014 no montante total de R\$ 171.429, com vencimento em 20 de maio de 2016. A remuneração corresponde a variação do CDI adicionada a uma taxa prefixada de 1,90% a.a.

A controlada firmou aditivos aos contratos em 1 de setembro de 2017 no qual a data de vencimento foi prorrogada para 28 de novembro de 2017.

Em fevereiro de 2018, houve a cessão dos créditos do ING Bank para fundo APUS Fidc, que se tornou credor da Companhia.

Em novembro de 2020, com a venda dos ativos não operacionais da Companhia (CGE Coqueiral, CGE Danubio, CGE Lira, CGE Cruzeiro, CGE Japurá, CGE Notus) para subsidiária EOLOS do Grupo Ibitu Energia, houve a transferências das dívidas destas companhias.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

(d) General Eletric Capital do Brasil Ltda. - cessão de créditos para fundo APUS Fide

Em 23 de dezembro de 2016 as controladas da Caldeirão Grande a CGE Bartolomeu, CGE Amontada, CGE Aristarco, CGE Brite, CGE Boreas, CGE Colibri, CGE Caiçara captaram recursos junto General Electric Capital do Brasil Ltda com o propósito de liquidarem todas as obrigações devidas pelas mesmas à Alstom Energias Renováveis Ltda., no âmbito do Contrato de Fornecimento de Aerogeradores no montante de R\$ 405.799 vencimento em 23 de junho de 2017, tendo o vencimento alterado através de aditamento para 30 de novembro de 2017, sendo remunerados com a variação do CDI adicionada a uma taxa prefixada de 2,25% a.a.

Em dezembro de 2019, houve a cessão dos créditos do GE Capital para fundo APUS Fide, que se tornou credor da Companhia.

Em Novembro de 2020, a controladora Ibitu Energias Renováveis S.A. assumiu contrato de dívida, por meio da Caldeirão Grande, das controladas CGE Bartolomeu, CGE Amontada, CGE Aristarco, CGE Brite, CGE Boreas, CGE Colibri, CGE Caiçara, com o controlador indireto do Grupo Ibitu Energia, a APUS FIDC no montante de R\$1.337.673. Da dívida assumida foi realizado o montante R\$937.672 mil através da capitalização de parte da dívida, e R\$379.000 mil foram pagos com recursos oriundos da emissão de debêntures, permanecendo em aberto o montante de R\$21.020 mil, conforme notas 13 e 14 às demonstrações financeiras.

(e) 1ª Emissão de Debentures – dezembro de 2020

Em 07 de dezembro de 2020 a Companhia realizou a 1ª emissão de Debentures não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores. Com valor de ingresso de R\$ 400.000, detendo taxas remuneratórias de IPCA + 6,5922%aa, a emissora deverá realizar pagamentos de juros semestrais a partir de 15 de junho de 2021, e de amortização de principal semestrais em 21 parcelas, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2021, e o vencimento final em 15 de dezembro de 2031. A finalidade de aplicação dos recursos obtidos nesta emissão é a sua aplicação em quaisquer das atividades previstas no estatuto da Companhia.

Compromissos financeiros – “*covenants*”

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, é utilizado o *covenant* financeiro e indicador ICSD (índice de Cobertura do Serviço da Dívida), conforme definido na escritura de emissão das debêntures.

O índice ICSD = (geração de caixa da atividade / serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,20, a ser calculado ao final de cada exercício social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o ICSD foi atendido.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

(f) A Movimentação dos empréstimos, financiamento e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo final anterior	-	-	2.405.063	1.946.329
Encargos sobre financiamentos	2.964	-	412.522	458.734
Capitalização de encargos sobre financiamentos	(2.536)	-	(2.536)	-
Financiamentos obtidos	400.000	-	400.000	-
Transferência de dívidas com a venda de controladas para outra companhia do Grupo	-	-	(1.408.739)	-
Assunção de dívidas das controladas com o APUS FIDC pela controladora indireta (transferência dívida para mutuo partes relacionadas)	-	-	(68.209)	-
Assunção de dívidas das controladas com o APUS FIDC pela Companhia (transferência dívida para mutuo partes relacionadas)	-	-	(1.337.673)	-
Amortização de custos de financiamentos	18	-	18	-
Saldo em 31 de dezembro	400.446	-	400.446	2.405.063

14 Partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de venda de energia com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.				
CGE Amontada	-	-	676	2.390
CGE Aristarco	-	-	645	-
CGE Brite	-	-	284	449
CGE Bartolomeu	-	-	1.150	141
CGE Boreas	-	-	905	3.627
CGE Colibri	-	-	196	246
CGE Caiçara	-	-	669	202
	-	-	4.525	7.055
Contas a pagar de venda de energia com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.				
CGE Amontada	-	-	4.381	-
CGE Aristarco	-	-	4.547	9.704
CGE Brite	-	-	3.679	10.646
CGE Bartolomeu	-	-	3.064	11.607
CGE Boreas	-	-	3.440	251
CGE Colibri	-	-	1.658	16.589
CGE Caiçara	-	-	3.460	5.524
CGE Lira	-	-	-	5.703
CGE Danubio	-	-	-	30.678
CGE Japurá	-	-	-	5.591
	-	-	24.229	96.293
Contas a pagar de reembolso de despesa às partes relacionadas devido pela Caldeirão Grande Energias Renováveis				
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A	23	-	-	-
Central Geradora Eólica Icarai I S.A	23	-	-	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A	23	-	-	-
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A	23	-	-	-
Central Eólica Aristarco Ltda.	23	-	-	-
Ibitu Energia S.A.	245	-	-	-
	360	-	-	-

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas -- Continuação

Mutuo financeiro entre partes relacionadas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Central Eólica Amontada Ltda. (*)	157.176	-	-	-
Central Eólica Aristarco Ltda. (*)	210.919	7.375	-	-
Central Eólica Bartolomeu Ltda. (*)	211.923	6.825	-	-
Central Eólica Boreas Ltda. (*)	262.537	5.709	-	-
Central Eólica Brite Ltda. (*)	213.758	5.307	-	-
Central Eólica Caiçara Ltda. (*)	213.028	5.734	-	-
Central Eólica Colibri Ltda. (*)	95.316	6.600	-	-
Central Eólica Coqueiral Ltda. (**)	-	3.165	-	-
Central Eólica Cruzeiro Ltda. (**)	-	8.523	-	-
Central Eólica Danúbio Ltda. (**)	-	18.624	-	-
Central Eólica Japurá Ltda. (**)	-	9.982	-	-
Central Eólica Lira Ltda. (**)	-	8.736	-	-
Central Eólica Nótus Ltda. (**)	-	13.600	-	-
Éolos Energias Renováveis S.A.	-	-	-	190.379
Ibitu Energias Renováveis S.A.	2.906	-	2.906	-
Total mutuo financeiro entre partes relacionadas - ativo não circulante	1.367.563	100.180	2.906	190.379
Central Eólica Florenz Ltda.	-	-	-	11.288
Éolos Energias Renováveis S.A.	-	-	-	22.010
Central Eólica Amontada Ltda.	30	-	-	-
Ibitu Energias Renováveis S.A.	21.020	-	21.150	939
Ibitu Energia S.A.	-	-	1.672	3.102
Total mutuo financeiro entre partes relacionadas - Passivo circulante	21.050	-	22.822	37.339
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-
Ibitu Energia S.A.	-	2.349	-	10.929
Total mutuo financeiro entre partes relacionadas - Passivo não circulante	42.100	2.349	-	52.309
Operações no Resultado do ano:				
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de venda de energia	-	-	23.824	27.104
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	23.824	27.104
Custo de compra de energia	-	-	(65.916)	(58.161)
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	(65.916)	(58.161)
Despesas com contrato de Compartilhamento de despesas	-	-	(1.689)	(1.337)
Ibitu Energia Renováveis S.A.	-	-	(3.655)	(9.007)
Queiroz Galvão Energia S.A.	-	-	(4.948)	-
Ibitu Energia S.A.	-	-	(10.292)	(10.344)
Total de operações com partes relacionadas no resultado	-	-	(52.384)	(41.401)

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas -- Continuação

(*) Refere-se substancialmente ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e suas controladas através da assunção da dívida que as controladas detinham junto a instituição apus – FIDC pela Companhia, no montante de R\$ 1.337.672, em novembro de 2020. Os mútuos serão pagos ao longo da operação das controladas até o fim de sua autorização, sem a incidência de juros ou quaisquer correções monetárias.

(**) Refere-se à eliminação de saldo com partes relacionadas pela capitalização de R\$ 63.056 nas controladas dos créditos de mútuo financeiro detido pela Companhia.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

15 Impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pis a pagar	9	8	86	94
Cofins a pagar	40	41	394	439
Impostos retidos a pagar	80	-	218	349
ICMS a pagar	-	-	6	-
Impostos a pagar - Passivo circulante	<u>129</u>	<u>49</u>	<u>704</u>	<u>882</u>

	Consolidado	
	2020	2019
ICMS a pagar	<u>1.276</u>	<u>7.794</u>
Impostos a pagar - Passivo não circulante	<u>1.276</u>	<u>7.794</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Obrigações com investidas

O saldo na controladora refere-se ao Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto) das controladas de Caldeirão I, como consequência, a administração da Companhia registrou uma provisão para obrigações com investidas correspondente a sua participação, que é de 100%.

	Controladora	
	2020	2019
Investimentos (Patrimônio Líquido negativo)		
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	(53.488)	(34.132)
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	(86.937)	(60.794)
Central Geradora Eólica Brite S.A.	(76.856)	(52.457)
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	(84.611)	(61.129)
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	(128.575)	(93.000)
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	(38.116)	(26.369)
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	(83.962)	(58.539)
Central Geradora Eólica Lira S.A.	-	(153.286)
Central Geradora Eólica Nótus S.A.	-	(152.517)
Central Geradora Eólica Coqueiral S.A.	-	(152.663)
Central Geradora Eólica Cruzeiro S.A.	-	(154.498)
Central Geradora Eólica Danúbio S.A.	-	(145.769)
Central Geradora Eólica Japurá S.A.	-	(157.222)
Total de provisão de obrigações com investidas	<u>(552.545)</u>	<u>(1.302.375)</u>

(a) A movimentação dos investimentos no exercício:

	Controladora	
	2020	2019
Saldo final do exercício anterior	(1.302.375)	(884.929)
Ajuste de exercícios anteriores	-	307
Integralização de capital em investida	63.056	-
Equivalência patrimonial - operações em continuidade	(166.125)	(187.417)
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas	(210.865)	(230.336)
Venda de participação societária entre empresas do Grupo	1.063.764	-
	<u>(552.545)</u>	<u>(1.302.375)</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Obrigações com investidas--Continuação

Investimentos (Patrimônio Líquido negativo) - obrigação com investidas - operações em continuidade

	2020					
	Ações ordinárias	Participação - %	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	19.890.420	100	19.890	(53.488)	(19.356)	(19.356)
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	19.110.934	100	19.111	(86.937)	(26.142)	(26.142)
Central Geradora Eólica Brite S.A.	18.777.156	100	18.777	(76.856)	(24.400)	(24.400)
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	18.832.410	100	18.832	(84.611)	(23.482)	(23.482)
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	12.985.133	100	12.985	(128.575)	(35.575)	(35.575)
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	13.545.481	100	13.545	(38.116)	(11.748)	(11.748)
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	18.771.316	100	18.771	(83.962)	(25.422)	(25.422)
	<u>121.912.850</u>		<u>121.911</u>	<u>(552.545)</u>	<u>(166.125)</u>	<u>(166.125)</u>

Investimentos (Patrimônio Líquido negativo) - obrigação com investidas - operações descontinuadas

	2020					
	Ações ordinárias	Participação - % até nov/2020	Capital Social até nov/2020	Patrimônio Líquido até nov/2020	Resultado do exercício até nov/2020	Resultado de equivalência patrimonial
Central Geradora Eólica Lira S.A.	18.736.081	100	18.736	(144.550)	(34.906)	(34.906)
Central Geradora Eólica Nótus S.A.	24.783.532	100	24.784	(138.917)	(35.118)	(35.118)
Central Geradora Eólica Coqueiral S.A.	13.164.736	100	13.165	(149.498)	(34.978)	(34.978)
Central Geradora Eólica Cruzeiro S.A.	19.696.650	100	19.697	(145.975)	(34.893)	(34.893)
Central Geradora Eólica Danúbio S.A.	29.815.200	100	29.815	(127.145)	(36.078)	(36.078)
Central Geradora Eólica Japurá S.A.	21.577.507	100	21.578	(146.815)	(34.892)	(34.892)
	<u>127.773.706</u>		<u>127.775</u>	<u>(852.900)</u>	<u>(210.865)</u>	<u>(210.865)</u>

Investimentos (Patrimônio Líquido negativo) - obrigação com investidas - operações em continuidade

	2019					
	Ações ordinárias	Partic. - %	Capital Social	Patrimônio Líquido	resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	19.890.420	100	19.890	(34.132)	(20.284)	(20.284)
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	19.110.934	100	19.111	(60.794)	(30.178)	(30.178)
Central Geradora Eólica Brite S.A.	18.777.156	100	18.777	(52.547)	(28.564)	(28.564)
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	18.832.410	100	18.832	(61.129)	(27.037)	(27.037)
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	12.985.133	100	12.985	(93.000)	(40.410)	(40.410)
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	13.545.481	100	13.545	(26.369)	(11.658)	(11.658)
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	18.771.316	100	18.771	(58.539)	(29.286)	(29.286)
	<u>121.912.850</u>		<u>121.911</u>	<u>(386.510)</u>	<u>(187.417)</u>	<u>(187.417)</u>

Investimentos (Patrimônio Líquido negativo) - obrigação com investidas - operações descontinuadas

	2019					
	Ações ordinárias	Partic. - %	Capital Social	Patrimônio Líquido	resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
Central Geradora Eólica Lira S.A.	10.000.000	100	10.000	(153.286)	(38.115)	(38.115)
Central Geradora Eólica Nótus S.A.	11.182.722	100	11.183	(152.517)	(38.425)	(38.425)
Central Geradora Eólica Coqueiral S.A.	10.000.000	100	10.000	(152.663)	(38.318)	(38.318)
Central Geradora Eólica Cruzeiro S.A.	11.173.676	100	11.174	(154.498)	(38.098)	(38.098)
Central Geradora Eólica Danúbio S.A.	11.191.315	100	11.191	(145.769)	(39.278)	(39.278)
Central Geradora Eólica Japurá S.A.	11.169.984	100	11.170	(157.222)	(38.102)	(38.102)
	<u>64.717.697</u>		<u>64.718</u>	<u>(915.955)</u>	<u>(230.336)</u>	<u>(230.336)</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisões para Contingências

O saldo no consolidado de R\$ 166 em 31 de dezembro de 2019, refere-se a ações cíveis de constituição de servidão administrativa, ajuizada pela Central Geradora Eólica Danúbio contra diversos proprietários de terrenos particulares ao longo da linha de transmissão de suas propriedades. Com a venda em novembro de 2020 da controlada CGE Danúbio para outra subsidiária do Grupo, a EOLOS, a Companhia não detém mais provisões de contingências.

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, as controladas detêm processos jurídicos classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos, cujos valores envolvidos estimados em 2020 são R\$ 4.743 (em 2019 R\$ 4.743) não são provisionados. Estes processos dizem respeito à disputa de penalidades contratuais com fornecedor no atraso de entrega de obra de implantação dos parques eólicos.

18 Provisão para desmantelamento de parque eólico

O saldo R\$ 21.294 refere-se ao valor da provisão de desmantelamento do parque eólico, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme levantamento técnico efetuado por equipe interna de engenharia. Este levantamento, efetuado em 2019, leva em consideração as obrigações de desmantelamento existentes que são em função dos contratos regulatórios e ambientais das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores de estimativa do levantamento foram projetados até o término dos prazos de autorização, sendo reavaliados periodicamente pela Companhia. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.169.458 (R\$ 231.786 em 2019), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

Em 2020	Total de ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Ibitu Energias Renováveis S.A.	<u>1.169.458.485</u>	<u>100%</u>	<u>1.169.458</u>

Em 2019	Total de ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Ibitu Energias Renováveis S.A.	<u>231.785.549</u>	<u>100%</u>	<u>231.786</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2020 a controladora indireta da Companhia assumiu dívida desta com o APUS FIDC no valor de R\$ 1.337.673 e capitalizou parte da dívida na Companhia no valor de R\$ 937.672.

Os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, proporcionalmente ao número de ações detidas. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias de acionistas.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

(b) Destinação do resultado

No exercício em que houver lucro líquido, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da Reserva Legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 3% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos Acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

(c) Reserva de Capital

Em novembro de 2020 a Companhia transferiu as controladas não operacionais do Complexo Eólico Caldeirão Grande 2 (Central Geradora Eólica Cruzeiro S.A., Central Geradora Eólica Coqueiral S.A., Central Geradora Eólica Notus S.A., Central Geradora Eólica Danúbio S.A., Central Geradora Eólica Japura S.A., e Central Geradora Eólica Lira S.A.) para outra subsidiária do Grupo Ibitu Energia, a Eolos, conforme descrito na nota explicativa nº 1. a), realizando a reversão dos saldos de investimento passivo a descoberto de tais controladas que estavam provisionados como obrigação com investidas, resultando em respectivo ajuste patrimonial destas controladas no Patrimônio líquido da Controladora no montante de R\$ 1.063.764.

20 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecimento de energia elétrica	205.851	201.333
Total receita bruta	205.851	201.333
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(1.338)	(1.309)
COFINS	(6.176)	(6.040)
Encargos do consumidor	(579)	(584)
Total das deduções	(8.093)	(7.933)
Total	197.758	193.400

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Custos de operação

	Consolidado	
	2020	2019
Custo com pessoal	(1.588)	(2.840)
Serviços de terceiros	(1.400)	(678)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(16.397)	(6.687)
Aluguéis e arrendamentos	(2.765)	(2.742)
Seguros	(572)	(567)
Custo com viagens	(204)	(226)
Outros custos	(1.360)	(1.030)
	<u>(24.286)</u>	<u>(14.770)</u>

22 Compra de energia elétrica

Para o cumprimento dos contratos de compra de energia incentivada, mencionado na nota 1.3 (c), as Controladas firmaram contratos com partes relacionadas para suprir a obrigação de entrega de energia pelo contrato e exposição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, cujo custo total foi de R\$ 65.916 e R\$ 58.161, respectivamente.

23 Encargos e taxas setoriais

O valor registrado no resultado consolidado de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 8.685 (R\$ 8.250 em 31 de dezembro de 2019), referem-se substancialmente à Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST) pago mensalmente às concessionárias de transmissão. O valor pago é calculado com base no montante de uso estabelecido no contrato (MUST) e são atualizados mediante regulamentação da ANEEL. Adicionalmente, conforme Lei nº 9.427/1996, a Companhia tem redução de 50% do valor da TUST decorrente da potência injetada nos sistemas de transmissão ser inferior a 30MW.

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira	17	-	1.184	614
	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>1.184</u>	<u>614</u>
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(3.160)	-	(211.548)	(239.731)
Custos de captação de financiamentos	(18)	-	(18)	-
lof, taxas e comissões sobre fiança bancária	(102)	(316)	(326)	(379)
Multa e Juros de mora	-	(20)	(12)	(62)
Outras despesas financeiras	-	-	(156)	(145)
	<u>(3.280)</u>	<u>(336)</u>	<u>(212.060)</u>	<u>(240.317)</u>
	<u>(3.263)</u>	<u>(336)</u>	<u>(210.876)</u>	<u>(239.703)</u>

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Operações descontinuadas

Conforme mencionado na Nota 1.2, a Companhia decidiu pela descontinuidade dos projetos de Caldeirão II e classificou os resultados negativos dessas SPEs no montante de R\$ 210.864 em 2020 (R\$ 230.336 em 2019) na rubrica "Prejuízo do exercício das operações descontinuadas", não consolidando esses resultados em todas as linhas da DRE.

	CGE Lira	CGE Notus	CGE Coqueiral	CGE Cruzeiro	CGE Danubio	CGE Japurá	Consolidado	
							2020	2019
Custos de operação	(2)	(5)	(28)	(1)	(1)	(1)	(38)	(352)
Encargos do uso de rede elétrica	(992)	(992)	(992)	(993)	(993)	(993)	(5.955)	(6.312)
Custos operacionais Total	(994)	(997)	(1.020)	(994)	(994)	(994)	(5.993)	(6.664)
Prejuízo bruto	(994)	(997)	(1.020)	(994)	(994)	(994)	(5.993)	(6.664)
Serviços de terceiros	(120)	(284)	(128)	(115)	(780)	(184)	(1.611)	(2.425)
Despesas Administrativas	(144)	(178)	(177)	(133)	(316)	(62)	(1.010)	(1.564)
Depreciação e amortização	(129)	(129)	(129)	(129)	(128)	(128)	(772)	(696)
Impostos e taxas	-	(6)	(1)	-	85	-	78	(64)
Outras receitas e (despesas) operacionais	3	(1)	(1)	(1)	(412)	(1)	(413)	150
Despesas operacionais Total	(390)	(598)	(436)	(378)	(1.551)	(375)	(3.728)	(4.599)
Receitas financeiras	1	1	1	1	1	-	5	32
Despesas financeiras	(33.524)	(33.524)	(33.522)	(33.524)	(33.532)	(33.523)	(201.149)	(219.105)
Resultado financeiro Total	(33.523)	(33.523)	(33.521)	(33.523)	(33.531)	(33.523)	(201.144)	(219.073)
Prejuízo de Operações Descontinuadas Total	(34.907)	(35.118)	(34.977)	(34.895)	(36.076)	(34.892)	(210.865)	(230.336)

Operações descontinuadas - Demonstrações dos fluxos de caixa

	CGE Lira	CGE Notus	CGE Coqueiral	CGE Cruzeiro	CGE Danubio	CGE Japurá	Consolidado	
							2020	2019
Atividades operacionais	(1.254)	(1.465)	(1.326)	(1.242)	(2.416)	(1.241)	(8.944)	(10.535)
Caixa líquido gerado (consumido)	(1.254)	(1.465)	(1.326)	(1.242)	(2.416)	(1.241)	(8.944)	(10.535)

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Operações descontinuadas--Continuação

Em novembro de 2020, a Companhia efetuou a transferência, através de contrato de compra e venda de ações, destes ativos em descontinuidade para outra subsidiária do Grupo Ibitu Energia, a EOLOS, conforme citado na nota explicativa 1. a). O valor da venda foi R\$ 1,00 (um real). Os ativos e passivos vendidos estão demonstrados a seguir. O ganho na venda foi registrado como reserva de capital no patrimônio líquido por se tratar de operação entre entidades sob controle comum.

Operações descontinuadas - Ativos e passivos

	Nota	CGE Lira	CGE Notus	CGE Coqueiral	CGE Cruzeiro	CGE Danubio	CGE Japurá	Consolidado	
								2020	2019
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	5	84	86	86	83	86	83	507	407
Impostos a recuperar	7	3.268	3.256	3.153	3.335	3.075	3.575	19.662	19.652
Outras contas a receber	8	165	169	161	145	1.560	165	2.366	5.398
Partes relacionadas	14	45.139	26.278	32.269	37.251	0	42.404	183.342	190.379
Imobilizado	10	15.274	34.314	31.493	17.419	126.028	16.507	241.034	238.073
Intangível	11	14	268	282	14	2.409	14	3.002	2.777
Total de ativos transferidos		63.945	64.371	67.444	58.248	133.158	62.747	449.913	456.687
Passivo									
Fornecedores	12	6.040	412	1.358	317	33.985	5.502	47.615	56.809
Empréstimos e Financiamentos	13	234.787	234.787	234.787	234.787	234.787	234.787	1.408.719	1.207.747
Partes relacionadas	14	2.395	2.236	14.849	3.873	22.888	3.994	50.234	101.159
Impostos e contribuições a pagar	15	179	970	927	140	4.555	171	6.942	6.762
Provisão para contingências	17	-	-	-	-	166	-	166	166
Total de passivos transferidos		243.400	238.406	251.920	239.117	296.381	244.453	1.513.676	1.372.642
Passivos líquidos diretamente associados a ativos transferidos		179.455	174.035	184.476	180.869	163.223	181.706	1.063.764	915.955

Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Cobertura de Seguros

A companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and officers*) que abrange todas as companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante de Cobertura</u>
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - Danos Materiais, Quebra de máquinas / Danos elétricos, e outros	162.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - Operações amplas	10.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

27 Eventos subsequentes

Em 12 de março de 2021, o controlador indireto da Companhia, o FIP ASTRA realizou a capitalização das dívidas do Grupo Ibitu Energia na *holding* Ibitu Energia S.A., no montante de R\$ 4.203.456 completando o processo da reestruturação financeira e societária do Grupo, iniciado em Julho de 2020 com a troca de controle acionário e capitalização dos ativos de energia, incluindo a Companhia.

* * *